

Inquérito contra agências de rating. Um processo possível mas longo, difícil e complexo

A queixa deu entrada no DCIAP e foi entregue a um dos magistrados, o procurador Paulo Centeno

ADRIANA VALE
adriana.vale@online.pt

José Reis, um dos economistas responsáveis pela queixa apresentada na Procuradoria contra as agências internacionais de rating, disse ao *i* que “as investigações em curso em vários países serviram de indicador de robustez” da denúncia apresentada e que deu origem a um processo de inquérito que terá por objectivo uma investigação à actuação destas entidades.

Vai ser um processo “longo, difícil e complexo”, afirma ao *i* Rui Patrício, professor de Direito da Universidade Nova de Lisboa, “mas não é impossível”, nem material nem processualmente, acrescenta.

O Ministério Público confirmou ontem ter aberto, no dia 31 de Maio, um processo de inquérito que tem por base uma queixa apresentada por um grupo de economistas “que a partir de uma posição académica desenvolvem uma intervenção cívica”, como afirma José Reis, que põe em causa a actuação da Standard Poor's, da Moodys e da Fitch. O processo foi enviado para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal, DCIAP, dirigido pela procuradora-geral-adjunta Cândida Almeida. A instrução do processo foi entregue ao procurador-adjunto Paulo Centeno.

O grupo de economistas, entre os quais se encontram José Reis, professor de Economia da Universidade de Coimbra e ex-secretário de Estado do Ensino Superior, do executivo liderado por António Guterres, José Manuel Pureza, também economista e líder parlamentar do Bloco de Esquerda, Manuela Silva e

Manuel Brandão, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), fizeram questão de entregar a reclamação na Procuradoria por considerarem que estas entidades causaram graves prejuízos ao Estado e ao povo português decorrentes da sua avaliação da situação nacional.

COOPERAÇÃO O Ministério Público considerou haver elementos suficientes para dar início à investigação, que, embora possa ser mais complicada e demorada do que é habitual, visto desenrolar-se fora do território nacional, pode recorrer aos instrumentos legais “que prevêm este tipo de situações, como os mecanismos de cooperação judiciária internacional”, afirmou ainda Rui Patrício. O economista confirma que o que está em causa é principalmente a transparência das agências quanto à sua lógica de actuação e quando ao próprio produto” que intro-

duz no mercado e que produz os efeitos já conhecidas de todos.

Em declarações à agência Lusa, este autor da denúncia afirmou que as três agências que “intervêm no mercado português dominam mais de 90 por cento do mercado” e que “é preciso saber se as leis da concorrência são respeitadas”. Mas a concorrência e possível abuso de posição dominante no sector não são as únicas preocupações; há também a verificação de prejuízos graves aos interesses de Estado, a necessidade de “identificação dos quadros directivos das ditas agências e os autores” destas práticas supostamente lesivas dos interesses nacionais. Querem ainda que o Ministério Público investigue o facto de duas dessas agências terem “um mesmo fundo de investimento como proprietário”, pondo em causa a sua isenção quando tomam decisões que “influenciam as taxas de juro” e têm um impacto significativo no endividamento dos países, “podendo afectar a sua estabilidade” financeira e económica.

Os economistas querem ainda saber se os “benefícios obtidos pelas agências” e os seus clientes “foram de notória importância”, além de reclamarem o acesso dos investigadores a “todas as comunicações internas das agências de notação respeitantes às classificações referentes a Portugal” desde 2010.

Esta denúncia contra as três principais agências de rating do mundo foi relatada em vários órgãos de comunicação social estrangeiros, tendo sido noticiada em Espanha, onde o tema já foi abordado, na Alemanha e na Grécia.

Um processo original

José Reis

A queixa pretende responsabilizar as agências de rating por favorecerem a especulação e lucrarem com ela.

Rui Patrício

Embora seja possível, e sem querer fazer futurologia, posso dizer que vai ser um processo longo, difícil e complexo.

Procuradoria investiga crimes das agências de rating

// PÁG. 22